

A dignidade do fracasso: um lugar para o sujeito na sociedade neoliberal

The dignity of failure: a place for the subject in neoliberal society

La dignidad del fracaso: un lugar para el sujeto en la sociedad neoliberal

Vânia Lisa Fischer Cossetin ¹

Carolina Baldissera Gross ²

Resumo

O presente artigo parte do suposto de que os campos da psicanálise e da educação, guardadas as suas especificidades, responderiam como discursos e práticas de resistência às estratégias da sociedade capitalista neoliberal de tudo reduzir a valor de mercadoria e de tornar os sujeitos meros empreendedores de si mesmos, produtivos e eficientes na manutenção de uma lógica que os responsabiliza pelos seus inúmeros insucessos. Apoiando-se em autores do campo filosófico e psicanalítico de matriz freudo-lacaniana, estes escritos buscam demonstrar que a dignidade do sujeito repousa justamente na sua condição de ser precário e dividido, portanto, no seu incontornável direito ao fracasso. Para tanto, realiza três movimentos assim intitulados: 1) O neoliberalismo e suas armadilhas; 2) Um novo *ethos*, um novo sujeito?; 3) A dignidade do fracasso: educação, psicanálise e resistência.

Palavras chaves: Psicanálise; Educação; Subjetividade; Neoliberalismo.

Abstract

This article starts from the assumption that the fields of psychoanalysis and education, taking into account their specificities, would respond as discourses and practices of resistance to the strategies of neoliberal capitalist society of reducing everything to commodity value and making subjects mere entrepreneurs of themselves, productive and efficient in maintaining a logic that them makes responsible for their countless failures. Based on authors from the philosophical and psychoanalytic field of Freudian-Lacanian origin, these writings seek to demonstrate that the dignity of the subject is found precisely in his condition of being precarious and divided, therefore, in his unavoidable right to failure. To this end, it carries out three movements entitled: 1) Neoliberalism and its traps; 2) A new *ethos*, a new subject?; 3) The dignity of failure: education, psychoanalysis and resistance.

Keywords: Psychoanalysis; Education; Subjectivity; Neoliberalism

Resumen

Este artículo parte del supuesto de que los campos del psicoanálisis y la educación, teniendo en cuenta sus especificidades, responderían como discursos y prácticas de resistencia a las estrategias de la sociedad capitalista neoliberal de reducir todo a valor de mercancía y convertir a los sujetos en meros empresarios de sí mismos, productivos y eficientes en mantener una lógica que los hace responsables de sus innumerables fracasos. Basados en autores del campo filosófico y psicoanalítico de base freudiano-lacaniano, estos escritos buscan demostrar que la dignidad del sujeto se encuentra precisamente en su condición de ser precario y dividido, por tanto, en su ineludible derecho al fracaso. Para ello lleva a cabo tres movimientos titulados: 1) El neoliberalismo y sus trampas; 2) ¿Un nuevo *ethos*, un nuevo sujeto?; 3) La dignidad del fracaso: educación, psicoanálisis y resistencia.

Palabras claves: Psicoanálisis; Educación; Subjetividad; Neoliberalismo.

¹ UNIUIJ, Ijuí/RS – Brasil. E-mail: vania.cossetin@unijui.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8722-9235>

² UNIUIJ, Ijuí/RS – Brasil. E-mail: carolina.gross@unijui.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6942-2725>

Introdução

Cada época ou tempo histórico apresenta os seus próprios desafios aos sujeitos que lhes são contemporâneos. Alguns deles, porém, apesar de todos os esforços com vistas a contorná-los, perduram e se agudizam por disporem de meios muito sofisticados para garantir a sua rápida atualização e vascularização. É o caso do capitalismo neoliberal ou, consoante Dany-Robert Dufour (2005), *ultraliberal*.³

Numa proporção inversa ao alto grau de sua astúcia, encontramos as dificuldades para neutralizá-lo, uma vez que o neoliberalismo tem modelado o próprio modo de ser e de fazer mundo dos sujeitos. Em que pese a sua força aparentemente inexorável, alguns discursos teimam em fazer-lhe resistência, a exemplo da psicanálise e da educação. Apesar de estarmos alinhando estes dois campos a fim de situá-los como que num lugar comum, de forma alguma dessa proposição se pode inferir sua equiparação, nem quanto ao método, nem quanto às suas respectivas finalidades. Se a educação, ao partir da premissa de que ninguém se torna humano espontaneamente, possui uma finalidade normativa a efetivar-se desde a cultura na qual se inscreve e a desdobrar-se, como numa aposta, em percursos formativos intencionalmente concebidos, a psicanálise, em sua vertente clínica, segue por um caminho que, não deixando de ser formativo ou estruturante, parte de um saber advindo de sua própria dinâmica sem orientar-se por uma agenda pré-programada. Além disso, o que se dá nesta dinâmica de análise é estranha à consciência, remete à conflitiva psíquica de cada sujeito, na qual ele se vê convocado a implicar-se na elaboração do próprio mal-estar, transformando, como pontuava Freud (1895/2016), sua miséria neurótica individual “em infelicidade comum” (p. 427).

Sendo assim, psicanálise e educação estariam sendo aqui concebidas enquanto apresentariam, cada uma ao seu modo, certa disposição ética para com os sujeitos, buscando reconhecer, acolher e salvaguardar as condições para seu advento e sustentação. Podemos dizer ainda mais, na medida em que seguiriam apostando no sujeito, em sua capacidade reflexiva e emancipatória, preservando o traço constitutivo mais fundamental da condição humana, a saber, a precariedade e a indeterminação; nos termos de Agamben (2017), a *abertura*.

Seria justamente estes dois traços, ao lado da tendência à pluralidade deles decorrentes, que a lógica capitalista neoliberal não poupa esforços para liquidar, buscando instaurar o ser produtivo, eficiente e disposto à toda sorte de adaptações, ou ainda, substituindo o ser em devir pelo *ser-para*. O que temos experimentado com o neoliberalismo é, no fundo, a gestão da vida dos sujeitos e da sociedade contemporânea como um todo e que em nada tem favorecido a formação humana no amplo e complexo sentido que ela exige. Isso porque o neoliberalismo, segundo Dufour (2005), não tem apenas consumidos os corpos pela sua conversão em corpos produtivos, mas “reduzido as cabeças”, num

³ Em *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal* (2005), Dufour identifica um novo modo de expressão do capitalismo neoliberal, a saber, a exacerbação de seu caráter antropofágico. Por ter assumido uma dimensão global, ele estaria não apenas consumindo os corpos ao torná-los produtivos, mas reduzindo os espíritos ou as “cabeças” dos sujeitos. Para o autor, efeito inequívoco da virada pós-moderna ou ultraliberal.

processo vertiginoso de dessimbolização do mundo. Sua estratégia de controle e autopreservação passa pela mutilação do campo simbólico, tudo reificando e convertendo em valor de mercadoria, inclusive o próprio sujeito, de onde, aliás, podemos inferir seu caráter perverso.

Ao ignorar a importância decisiva da linguagem, da cultura, da palavra na estruturação subjetiva e na instauração e manutenção dos laços com o semelhante, o discurso neoliberal tem comprometido justamente o que constitui a humanidade do sujeito e o define como uma singularidade, aquilo que faz dele muito mais que um mero indivíduo da espécie ou um ente ao lado de muitos outros a compor o conjunto das coisas do mundo. O grande embuste do discurso neoliberal é que tudo isso ele tem feito travestindo-se de ideais de liberdade e direitos individuais, de protagonismo e privacidade, sorrateiramente induzindo os sujeitos a trabalharem em favor daquilo que os mortifica e corrompe a sua dignidade, porque os objetifica.

Destarte, o presente artigo parte do suposto de que os campos da psicanálise e da educação, guardadas as suas especificidades, responderiam como discursos e práticas de resistência às estratégias da sociedade capitalista neoliberal de tudo reduzir a valor de “recurso” e “capital”. Um sistema para o qual o sujeito não é mais que um empreendedor de si mesmo, com competência produtivista de alto desempenho e eficiência, além de alienação suficientes para fazerem-no trabalhar em favor da manutenção desta maquinaria que o oprime e responsabiliza pelos seus inúmeros insucessos. Apoiando-se em autores do campo teórico filosófico e psicanalítico de matriz freudo-lacanianana, estes escritos propõem uma reflexão cuja finalidade primeira é justamente sublinhar que a dignidade do sujeito se encontra na sua condição de ser faltoso e cindido, portanto, e sobretudo, no seu incontornável direito ao fracasso. Para tanto, realiza três movimentos assim intitulados: 1) O neoliberalismo e suas armadilhas; 2) Um novo *ethos*, um novo sujeito?; 3) A dignidade do fracasso: psicanálise, educação e resistência.

1 O neoliberalismo e suas armadilhas

No último capítulo da obra *A nova razão do mundo*, Dardot e Laval (2016) tecem considerações acerca daquilo que configura o neoliberalismo e dos seus efeitos na subjetivação. Para bem compreender este contexto os autores propõem uma reflexão em torno das condições históricas que deram azo ao advento e sustentação do neoliberalismo, desde sua gênese com o liberalismo moderno até a contemporaneidade.

A primeira delas diz da defesa do Estado mínimo e da separação entre a razão do Estado e a razão econômica propostas pelo liberalismo clássico, cujo intuito era devolver a cada um a liberdade que o Estado teria subtraído. As consequências daí decorrentes não foram pequenas, pois passaram a reforçar os direitos individuais inalienáveis em articulação com a justificação do interesse e busca pela felicidade, orientados pela equação da maximização do benefício (bem) sobre o dano (mal), proposta pela ética utilitarista de Jeremy Bentham e Stuart Mill.

A segunda condição acena para a ideia de que o neoliberalismo contemporâneo não pode ser compreendido a partir da matriz do liberalismo clássico, ou seja, exclusivamente à luz de sua natureza econômica, uma vez que os modos de produção e manipulação das subjetividades passaram a ter um importante lugar no projeto neoliberal. Tal traço característico pode ser constatado nas palavras da ex-primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, uma das maiores protagonistas da virada neoliberal operada nos anos de 1980: “A economia é o método. O objetivo é mudar a alma” (*apud* LAVAL; DARDOT, 2016, p. 331). Nesta sentença, o neoliberalismo pôde encontrar as suas bases – ou mesmo a sua máxima expressão – para a construção de um modelo de produção de subjetividades que já nos é bastante familiar: o “empreendedor de si”. Um modo particular de constituição, concepção e gestão do ser humano e das suas relações, entranhada em todas as instâncias da vida, de onde a razão para os autores terem chamado o sujeito aí constituído de “sujeito neoliberal”. Concebido e concebendo-se como sendo ele mesmo uma empresa, tem se oferecido antes como um produto do que como um sujeito propriamente. Em função disso, o que o mobiliza passou a ser definido pela medida que lhe vem do outro como um concorrente e não como um semelhante. Vem daquilo que lhe permite medir o melhor desempenho e eficiência pelo cálculo da relação custo-benefício que, por sua vez, já fora estabelecido pelo sarrafo do mercado. Nesta lógica competitiva, por óbvio, tudo se dá em função do interesse pessoal em meio ao esforço ilusório do sujeito de encontrar a felicidade pela supressão definitiva da sua angústia e sofrimento, para o que, aliás, a ciência tem sempre um remédio de efeito rápido e resultado definitivo.

A terceira condição remonta ao longo tempo de submissão do sujeito moderno a regimes normativos conflituosos entre si – esfera dos costumes e da religião das sociedades antigas, da soberania política, da troca mercantil. Este estado de coisas provocou mudanças decisivas nos modos de compreensão do sujeito a respeito de si mesmo e dos laços sociais, autorizando expressões subjetivas muito heterogêneas. Dardot e Laval (2016) vão atribuir estas novas configurações sociais a dois grandes movimentos: à democracia política e ao capitalismo. Para eles, o homem moderno passou a se reconhecer, de um lado, como ser político, com fim em si mesmo, cidadão dotado de direitos inalienáveis; de outro lado, como ser econômico, guiado por seus próprios interesses, oferecendo-se como instrumento para a manutenção da lógica mercantil. Este último, inclusive, ganhando maior expressão. Lembrando que a mercantilização no campo econômico e o processo de urbanização produziram efeitos significativos nas relações sociais, a começar pelo desenraizamento do sujeito moderno. Sem as estruturas e as referências que organizavam a sua vida psíquica e balizavam as suas relações com o semelhante, o sujeito moderno viu-se diante da necessidade de encontrar um novo modo de se situar no mundo, apelando para si mesmo e não mais para as tradições. É a ideia de indivíduo que aí emerge com toda a sua expressão e que Luc Ferry (2012) identificou como um dos efeitos sinistros da mercantilização do mundo. Marx (2011), inclusive, já havia apontado que a sujeição às leis impessoais e incontrolláveis do capital era o preço a pagar pela liberdade subjetiva e desenraizada, cujos desdobramentos passaram a se dar na

substituição das alianças e filiações institucionais pelos contratos voluntários entre pessoas supostamente livres.

A quarta condição diz respeito justamente ao sujeito produtivo, segundo Dardot e Laval (2016), a grande obra da sociedade industrial. Não apenas no sentido da eficácia oriunda do amplo adestramento efetuado nas mais diversas dimensões de sua vida, mas do próprio pensamento. Nunca esquecendo que o pensamento, conforme nos adverte Birman (2014), tem lugar decisivo na descrição da subjetividade, constituindo marca indelével da condição humana, motivo pelo qual não tê-lo mais como referência tem sido a causa do mal-estar contemporâneo. Assim, na esteira utilitarista, o pensamento (que implica esforço reflexivo, crítico, argumentativo, ajuizante e, sobretudo, eticamente orientado) cede lugar ao raciocínio calculador em busca de mais felicidade, da intensificação do empenho e ampliação dos resultados e de justificativas que sublinhem o valor do consumo e a maximização do prazer.

O discurso empresarial tornou-se, assim, dominante, porque passou a governar o sujeito pelo envolvimento integral de sua subjetividade na atividade produtiva, incluindo a captura do seu desejo pelo direcionamento de sua conduta. E como ele o teria conseguido? Induzindo o sujeito a trabalhar para a empresa como se trabalhasse para si, iludido de que o estaria fazendo como ser desejante e de que o seu trabalho, em razão disso, não é alienado, sequer possui qualquer relação de subordinação com a empresa que o emprega ou para a qual presta serviço. O seu problema é que desconhece o fato de que o discurso empresarial/neoliberal já tem definido de antemão os caminhos que o levarão a ser “bem sucedido”, no fundo, já tem definido os meios que produzirão o “sujeito” de que necessita. Por óbvio tudo é estratégica e ardilosamente concebido a fim de que o sujeito não se dê conta da indução à qual está submetido. Muito ao contrário: todos os esforços visam fazê-lo imaginar que age deliberadamente e, pior, aficionado pela ideia de que não pode fracassar, sob pena de não ter mais um lugar nesta maquinaria geral. No caso de ser descartado, já se encontra suficientemente advertido de que a responsabilidade é tão-somente sua.

2 Um novo *ethos*, um novo sujeito?

A emergência deste novo contexto, levou autores como Dardot e Laval (2016) e Dany-Robert Dufour (2005) a suspeitarem da emergência de um novo *ethos* e, em boa medida, de um novo sujeito. Decerto não de um sujeito referenciado pelo pensamento, conforme requerido por Birman (2014) a fim de que possa ser denominado como sujeito. Também não indicam que todos os sujeitos tenham sido ou seriam capturados integralmente por esta lógica, senão que o ímpeto totalizante e unidimensional da racionalidade neoliberal só faz induzir a comportamentos majoritariamente adaptativos e padronizados (o sujeito empresarial). Nesta perspectiva, o traço mais fundamental do neoliberalismo não estaria tão-somente na defesa intransigente do livre mercado e de um Estado não-intervencionista, mas na construção de um ambiente competitivo e concorrencial em todas as esferas da existência com a participação ativa do Estado e das

próprias pessoas envolvidas. O fechamento desse cerco seria responsável pela instauração deste novo *ethos* e deste novo sujeito, tornando o neoliberalismo, nas palavras de Dardot e Laval (2016), a “nova razão do mundo”.

Um mundo, há que se dizer, em perfeito funcionamento, no qual o sujeito se encontra perfeitamente ajustado e a “funcionar” muito bem, convencido de que seu destino depende unicamente de seus esforços. Um elemento importante deve aí ser adicionado: ele sequer cogita a hipótese de que as coisas poderiam ser diferentes e, nisso, dar-se o direito de falhar. Talvez porque de fato não consiga; talvez porque não possa. O que, convenhamos, é absolutamente favorável à manutenção do sistema. Tudo o sujeito faz para garantir o bom funcionamento das engrenagens das quais, sem sombra de dúvidas, é uma peça-chave, todavia a ser logo substituída. Nisso não se difere do modelo fordista e taylorista de outrora, exceto pelo fato de que naquele modelo o trabalhador ocupava um lugar fixo no sistema produtivo de esteira, enquanto no modelo neoliberal o trabalhador é flutuante e apto a ocupar todos os lugares. Por isso os atributos dele exigidos só poderiam conformá-lo ao ser de “qualidades totais”: multifuncional, criativo, inovador, eficiente, proativo, sempre disposto a aprender e a oferecer uma nova ideia ou serviço que vai, mais uma vez, contribuir para a manutenção do sistema e mantê-lo nele encarcerado.

A propósito, para Dardot e Laval (2016), de todas as formas e técnicas de sujeição empregadas pela lógica neoliberal, aquela que implica o sistema produtivo e as relações de trabalho tem sido, indubitavelmente, uma das mais eficientes. Não por acaso tem lugar decisivo na constituição desse novo *ethos*. Além de terem objetivamente transformado o trabalho em mera mercadoria, as referidas estratégias de sujeição assumiram formas cada vez mais refinadas de consecução, dentro das quais o sujeito é induzido a relações cada vez mais competitivas e hostis. Ou seja, o grande engodo do discurso do empreendedor é que ele opera justamente pela lógica enviesada da liberdade e da autonomia, em meio ao que o sujeito é persuadido a crer que de governado pelo outro pode passar a ser governado por si mesmo. Para tanto, uma intermitente racionalização da vida e das relações humanas precisa ser realizado, culminando com a racionalização do próprio desejo. O intuito é transmitir ao sujeito a falsa ideia de que lhe é possível ter total domínio sobre sua vida, convencido de que pode conduzi-la e geri-la a partir de estratégias adequadas em função de suas necessidades e anseios. Ideia, ao que tudo indica, tão perigosa, quanto impossível!

Na contramão desta lógica, Christian Dunker (2020) vai afirmar justamente o desejo como valor, não sendo, assim, encontrado no anseio por obter objetos ou estados de prazer ou satisfação, mas na busca por reconhecimento para o próprio desejo. O que estaria referido a pelo menos três fatores: ao comprometimento do sujeito com o seu desejo; à vinculação com uma história e não como algo originado única e exclusivamente da cabeça do sujeito desejante, mas implantado pelos pais, mestres ou mesmo pela indústria cultural; ao contexto de trocas intersubjetivas, que partem do presente vão até o passado e se projetam no futuro, constituindo-se em uma zona de permanente conflito com a lei, posto que a tarefa educativa conduziria ao reconhecimento do valor do desejo do outro e não do seu apenas.

Para isso um trabalho simbólico com a palavra é requerido do sujeito e, desde uma

perspectiva mais crítica, também a partir da palavra que se expressa nos excessos de teorizações, explicações e receituários, que visam tanto preencher os espaços de onde poderia emergir o seu desejo, como também patologizar os sintomas. Nisso, como era de se esperar, um círculo vicioso passa a se instalar: obliterando o desejo, maior e mais agudo se torna o sofrimento que, agora, patologizado tem suas causas e responsabilidades atribuídas ao próprio sujeito; este, por seu turno, não conseguindo minimizá-lo recorre ao amplo menu oferecido pela indústria dos fármacos.

Tal circuito tem levado alguns autores a falarem no *neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (SAFATLE; SILVA JUNIOR.; DUNKER, 2021). Neste universo, o sintoma deixa de ser enigma, algo concernente ao sujeito, que o define e com o qual pode se ocupar pensando, para ser tomado como transtorno decorrente de sua incompetência para gerir a própria vida. Em outros casos é visto como um déficit cognitivo que impediria o sujeito de desenvolver inteligência suficiente para lidar com as emoções, ou ainda como uma deficiência química ou falha neuronal para cada uma das quais uma pílula é prescrita a fim de que se mantenha produtivo e tudo pareça resolvido. Importante dizer que esse não é um fenômeno fortuito, porquanto o neoliberalismo tem sido profundamente marcado pela hegemonia do DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais; este manual que, desde o início, tem se oferecido como a expressão daquilo que, em boa medida, cada tempo histórico entende por saúde mental. A sua terceira versão, particularmente, publicada na década de 70, passou a ser decisiva para os intentos neoliberais, sobretudo porque reformulou significativamente algumas categorias clínicas, a exemplo da redução das neuroses à depressão, da psicose à esquizofrenia e da incorporação de outras psicopatologias, como os transtornos borderline (NEVES *et al.*, 2021). Tudo isso esteve, e permanece hoje de forma ainda mais evidente, alinhado a uma nova clínica, cuja lógica é a do diagnóstico médico que tende a patologizar os sintomas e a tratá-los mediante fármacos, sempre visando manter o alto nível performático do sujeito.

Contrapondo-se a esse contexto terapêutico, a psicanálise tem seguido por outras vias. Ela não ignora a necessidade de algumas psicopatologias carecerem de tratamentos medicamentosos. Entretanto, seu esforço primeiro tem sido na direção de reconhecer e ressituar o sintoma como enigma e como traço constitutivo da subjetividade, permitindo ao sujeito construções tanto individuais quanto sociais e, sobretudo, reconhecer o sintoma como algo que lhe concerne. O que ela só consegue, como fez Freud (1893-1895/2016) desde o princípio, dando a palavra ao sujeito e, acompanhando, sem julgamento, a angústia do seu próprio questionar. Hodiernamente, talvez, estejamos testemunhando este questionamento já não mais vinculado à autenticidade sintomática do sujeito, o traço mais singular a lhe definir a existência, mas como signo da sua resistência (inconsciente) ante a racionalidade neoliberal plasmada no amplo espectro dos discursos dos especialistas que insistem em dizer como ele e tudo o mais devem ser, inclusive a sua educação, os seus professores, a sua escola.

No *Seminário 17*, escrito em meados da década de 1970, Lacan (1992) já havia afirmado que enquanto nos discursos do mestre, da histórica, do universitário e do analista, as defesas do sujeito se dão frente ao impossível de simbolizar e encerrar sentidos,

justamente o que o faz seguir falando, produzindo cadeias associativas, metaforizando, portanto, simbolizando, no discurso do capitalista a operação se dá noutra direção. Ele gira em torno do fechamento do sentido, por isso Lacan vai afirmar que ele sequer chega a ser um discurso. A visada do discurso neoliberal é a suturação da fenda que constitui o sujeito como ser de linguagem, incompleto, faltoso, fazendo emergir um sujeito pretensamente onipotente e soberbo, já que este discurso além de fazê-lo crer que não pode falhar e ter de bastar a si mesmo, toma o outro como algo que, por ter sido convertido em objeto, é substituível ou descartável. Ora, o resultado de tal operação só poderia ser um sujeito que não faz laço.

No lastro do discurso do capitalista lacaniano, encontramos o discurso neoliberal, desdobrado na ideia do sujeito como empreendedor de si mesmo e balizado por valores e princípios exclusivamente subjetivos e privados, difíceis de serem coadunados na perspectiva de produção de um mundo comum, para pensar com Arendt (2014). O sujeito competente e competitivo, responsável por tudo o que lhe passa, busca a própria realização pessoal, ávido por tornar-se infalível e insubstituível. Vive para aprimorar-se continuamente e, do ponto de vista do seu trabalho, já não se reconhece como um trabalhador, cujo sentido da existência repousaria na própria atividade que executa criativamente, artífice de si mesmo e do mundo. Ao contrário, vê a si mesmo como uma empresa e, conseqüentemente, as relações estabelecidas com o outro não passam de contratuais. Esta lógica passa a ser definidora dos sentidos e dos destinos das vidas humanas em todas as esferas da sociedade, da individual à coletiva, justificando a hipótese de Dardot e Laval (2016) de que testemunhamos a configuração de um novo *ethos*, no qual tem sido negado ao sujeito o direito ao fracasso, logo, o de fazer jus à sua própria condição humana.

3 A dignidade do fracasso: psicanálise, educação e resistência

Na versão mítica grega acerca da criação do mundo encontramos as figuras de Prometeu e Epimeteu, cuja incumbência era criar toda a classe dos mortais e distribuir entre eles os atributos necessários à sua preservação. Esta última tarefa, porém, Epimeteu teria cumprido com certa imprudência, uma vez que ele o faz começando pelos animais e entregando-lhes todos os atributos, ficando os humanos sem nenhum a receber. A fim de compensar tal carência, Prometeu rouba o fogo sagrado do Olimpo e entrega aos humanos justamente aquilo que era de posse exclusiva e privilegiada dos deuses. Além disso, deu-lhes em benefício o dom da profecia, mas logo em seguida retirou-o, pois que se encontravam paralisados pelo medo que o conhecimento acerca da hora de suas próprias mortes lhes causava (GADAMER, 2006). Estes frágeis indivíduos da espécie dos mortais, desprovidos de atributos inatos e, agora, ignorantes acerca de seu futuro, passaram a encontrar neste elemento externo, o fogo, uma forma de compensar o que lhes faltava por sua natureza.

Acerca da condição humana, é importante lembrar que Freud (1895/1996) chamou atenção para o desamparo humano e, posteriormente, para a posição objetual do bebê dada a sua dependência absoluta do semelhante cuidador a quem, exatamente por isso, deve a

sua sobrevivência física e psíquica. Mais tarde, retornando a Freud, Lacan (1995) fez questão de frisar que para este pequeno ser advir como sujeito é preciso que se desaliene daquele que lhe acolheu e cuidou ao longo de seus primeiros tempos de vida e passe ele próprio a eleger e investir libidinalmente seu objeto, assumindo, então, uma posição desejante. Este é o ponto em que Lacan (1995) vai problematizar o “nascimento” do sujeito. Apesar de sua constituição subjetiva ser tributária do outro e de estar impossibilitado de liberar-se absolutamente dos seus ideais, a condição de ser-sujeito depende da sua capacidade de reconhecer este enlace simbólico com uma alteridade e de posicionar-se segundo seu próprio desejo.

Neste contexto, dois pontos precisam ser destacados. O primeiro deles fora anunciado por Freud já em *Totem e tabu* (1912-1913/2012), a saber, que o ingresso no universo simbólico opera uma perda do ser, pois que o desejo só entra pela retirada de parte da pulsão. E o segundo deles, encontramos em Lacan (1992), quando afirma que o sujeito não é causa de si, mas de uma perda ou, ainda, de que o desejo é tributário de uma falta. Ambos indicam que o ganho no campo do sentido, da linguagem, do simbólico, não devolve ao sujeito a sua condição inicial e mítica da completude de seu ser para sempre perdida, exatamente o que funda a premissa segunda a qual a condição de ser sujeito remete a uma falta que lhe é estruturante. Por conseguinte, o ingresso do sujeito no mundo simbólico depende de ele aprender a se reconhecer no universo de valores e normas operantes na cultura os quais não lhes são naturalmente próprios. Antes, eles lhe determinam de forma estranha porque vêm do outro encarnado em representantes culturais (os adultos, as figuras parentais, os professores) a lhes apresentar o sentido tecido e compartilhado socialmente em suas multiplicidades e descontinuidades.

Nessa operação, o estatuto de puro organismo cede lugar a um processo identificatório sem garantias, pois a ordem simbólica não oferece segurança alguma quanto a “quem se é”. O sujeito é lançado a um exercício de produção de significações, que não alcança, senão temporária e precariamente, uma verdade sobre si. Esta condição de alienação produz pelo menos dois desdobramentos: o sujeito, de início, tem sua existência definida pelo outro; a produção de sentido, a partir da entrada no universo do outro, da cultura, da linguagem, nunca recobre por completo o que se perdeu.

Mas, afinal, o que o mito de Prometeu e a análise freudiana e lacaniana nos dizem para o que aqui pretendemos? Que o desamparo é constitutivo do humano e a ausência de atributos inatos e de um destino precisam ser complementados pela cultura. E mais: que a prematuridade de seu nascimento (neotenia) vai mantê-lo preso à necessidade de ir se completando ao longo da sua existência. “O homem, essa obra de tipo indefinido [...]”, como assevera Picco de la Mirandola, haverá de determinar a “[...] própria compleição pessoal [...] qual modelador e escultor da própria imagem segundo sua preferência [...]” (s/d, p. 39-40). Compleição que de modo algum é finalizada de uma vez por todas, nem inteiramente efetuada por outrem, ainda que tenha sido por ele iniciado.

É dentro deste escopo que os discursos psicanalítico e educacional se encontram em relação solidária. Ambos partem do suposto de que a precariedade característica da condição humana tanto exige o esforço dos já humanizados para que os recém-chegados

da espécie venham a ser humanos um dia, como instaura a oportunidade de fazê-lo, subsequentemente e em parte, por si mesmos, no exercício possível da sua liberdade. E mais precisamente no contexto que estamos a problematizar, buscam sustentar a possibilidade de emergência do sujeito e também garantir a ele um lugar na atual sociedade neoliberal contemporânea como aquele que, marcado pela contingência, flerta com a pluralidade e precisa reconhecer seu devir como tributário do enlace com o semelhante. Tudo isso em meio a uma travessia existencial que, apesar de todos os esforços educativos e do projeto oferecido por aqueles que aqui estão para aqueles que estão chegando, se dá como errância, em meio a uma aventura marcada por equívocos, lapsos, recuos, enganos e fracassos.

Lembremos que a tendência ao fracasso como traço fundamental da condição humana é encontrada já nas primeiras formulações de Freud (1893-1895/1912). Observador atento e crítico contumaz da sociedade de seu tempo, ao deparar-se com a presença significativa do sofrimento psíquico principalmente em mulheres, ele buscou um saber a mais sobre a histeria que já não se limitasse aos discursos moralistas e patologizantes em vigor. Ao contrário, denunciou contundentemente a hipocrisia moral imperante e, ao conceder a palavra às mulheres histéricas, atribuiu um novo estatuto aos sintomas clínicos e ao tratamento terapêutico, ampliando a compreensão sobre a própria cultura, a educação, as ciências, a constituição subjetiva, a relação entre indivíduo e sociedade. Deste contexto genético da psicanálise convém sublinharmos a importância da proposição freudiana segunda a qual as determinações inconscientes revelam-se tanto nos sintomas individuais quanto nos sintomas sociais (FREUD, 1921/2011). Uma coimplicação entre o indivíduo e a coletividade, entre o sujeito e o outro, entre o eu e o nós, que acabou revelando o lugar decisivo das formações de compromissos possíveis entre os sujeitos. É fato que elas foram concebidas já na modernidade, mas a psicanálise pôs em evidência as fantasias imaginárias em jogo nas relações intersubjetivas, denunciando os limites simbólicos do próprio discurso social hegemônico, a exemplo do discurso neoliberal.

Em *O mal-estar na civilização*, Freud (1930/2010) deu ainda maior relevo a esta intuição, afirmando que os marcadores mais característicos das sociedades se encontram em sua forma de lidar com o mal-estar decorrente do encontro com o outro e que este mal-estar viria revestido de diversas roupagens e acompanhado de inúmeras consequências. Exemplo típico encontramos no romantismo, para o qual o sofrimento e o mal-estar foram exaltados a ponto de serem até mesmo cultivados, enquanto na contemporaneidade a sua presença tem sugerido algo a ser eliminado. Inversamente do que teria pensado Freud (1919/2018), caberia à psicanálise, num compromisso com a sociedade, conhecer os impulsos inconscientes reprimidos produtores do mal-estar e das resistências à ampliação do conhecimento de si. Seu trabalho compreenderia, por meio da livre-associação do analisando e da escuta atenta do terapeuta em relação transferencial, um processo de dissecação ou de decomposição daquilo que foi se sedimentando ao longo da vida do sujeito como fruto do mal-estar defensivamente produzido pelo recalçamento – inclusive exigido pelo próprio pacto civilizatório. Obviamente que desse processo de sedimentação os sujeitos pouco sabem e somente o podem por meio deste trabalho analítico (psicanálise),

mas não só, também pela crítica da cultura (filosofia, arte, literatura e até mesmo pela educação). Em ambos os casos, trata-se de um caminho a ser trilhado pelo próprio sujeito em busca de um saber de si, nunca dispensando o lugar da alteridade, seja via relação transferencial em análise, seja via relação pedagógica (aqui entendida como a apresentação do mundo aos recém-chegados em dinâmica assimétrica e/ou intergeracional).

O que se desdobra do mal-estar, do reconhecimento da alteridade radical e do próprio desejo é o que podemos denominar de percurso formativo: o esforço do sujeito pela compreensão de si e deste si mesmo no mundo no seio destas contradições. Como sabemos, não se trata de um percurso indolor, sem custos ou perda para o sujeito, só que ele viria acompanhado da satisfação advinda da ampliação da sua subjetividade e, por conseguinte, de sua liberdade. Por conta disso é que o mal-estar não seria algo a ser aplacado medicando o sujeito como se uma patologia fosse, tampouco conformá-lo ao próprio sofrer. Menos ainda moldando-o segundo uma suposta essência ou natureza qualquer – como se ela existisse! – sequer de acordo com ideais de sanidade e felicidade definidos por terceiros. Lembrando que a busca pela eliminação de todo mal-estar ou a conferência de um sentido único e inequívoco à existência não faz outra coisa senão produzir mais angústia, já que o sentido da vida é uma construção discursiva cujo objetivo é conferir significado ao que, em última instância, não tem. Por isso um dos caminhos – senão o único, se considerada a via da cultura e da civilização⁴ – consiste na busca e ampliação da dimensão da vida pelo domínio do simbólico sobre o real por meio de respostas elaboradas pelo próprio sujeito e socialmente compartilhadas.

Aqui, especialmente, duas questões merecem destaque. Uma delas refere-se ao fato de que, apesar de a atividade clínica psicanalítica poder favorecer o resgate e o desdobramento deste e de outros tantos sentidos pelo trabalho psíquico do sujeito, não é sua finalidade dar a ver ao sujeito os mecanismos perversos da racionalidade neoliberal. A resistência e a crítica no campo clínico psicanalítico, se dão muito mais pela via de um desfecho possível – ainda que bastante provável – no qual o sujeito pode se sentir convocado a refletir acerca da sua condição no interior deste sistema. De forma diferente isso pode ser pensado no campo da educação, uma vez que esta dimensão crítica inevitavelmente a constitui e apresenta-se – ou ao menos deveria – como uma de suas finalidades. Ou seja, enquanto modelo geral de funcionamento das coisas e de um certo modo de ser humano, a racionalidade neoliberal não poderia ser desvelada em seus detalhes, pensada e combatida com rigor senão em certos espaços formativos, a exemplo da escola e da universidade. Desde, é claro, que tais instituições ainda guardem os princípios que as sustentam desde a tradição moderna, como a universalidade e a igualdade, bem como aqueles princípios que buscam resguardar um lugar para o sujeito, como a autonomia e a criticidade.

⁴ No texto *O futuro de uma ilusão* (1927/2020), Freud acena para certa indiferenciação entre os conceitos de cultura e civilização, tomando-os como “[...] tudo aquilo em que a vida humana se elevou acima de suas condições animais” (p. 234), por um lado, abrangendo todo o saber e a capacidade humana de domínio sobre a natureza e, por outro, todos os dispositivos necessários para regular as relações dos seres humanos entre si.

A segunda questão diz respeito à educação propriamente e ao lugar ambivalente que ela tem ocupado. Se, por um lado, tem assumido uma posição de resistência a este sistema, por outro, tem também se oferecido instrumentalmente para a sua manutenção. E isso desde os programas⁵, políticas públicas educacionais e respectivos documentos legais – a exemplo da Base Nacional Comum Curricular e sua linguagem das competências e habilidades –, até a incapacidade de alguns gestores e professores de suspeitarem desse lugar servil, adotando e executando tais projetos irrefletidamente na direção de sua implementação. Não esquecendo que o mecanismo neoliberal tácito aí operante não é outro senão o de formar o sujeito empresarial, “feito” na medida das demandas do mercado e obediente às propostas de consumo, adaptação e produtividade.

Gert Biesta (2013) tem afirmado que neste contexto educacional tudo tem se dado aos moldes de uma grande “transação econômica”, na qual o aluno é o potencial consumidor e que porta certas necessidades, o professor e/ou a instituição educacional são os provedores destinados a satisfazer as necessidades do aluno e a educação é uma mercadoria, uma coisa, a ser fornecida ou entregue para ser consumida.⁶ A denúncia do autor holandês é de que a lógica empresarial tem atravessado e definido de ponta a ponta o sistema educacional. Lembrando que em auxílio às instituições que encontram “dificuldades” de ajuste e acomodação à referida lógica, nossa sociedade tem sugerido os *coachings*. Estes “consultores em estratégia de vida” que apresentam receitas e soluções para quase tudo, valendo-se do argumento segundo o qual os problemas resultam da incapacidade dos sujeitos e das instituições (“empresas”) de reconhecerem a lógica de funcionamento do mundo. E no lugar de pensarem os problemas, decidem pelo caminho mais fácil que é naturalizá-los, voltando, mais uma vez, a atenção para o sujeito e responsabilizando-o por todas as suas agruras. Nesta lógica, como resposta objetiva a ele endereçada, apresentam-lhe uma *playlist* de passo a passos para fins de fortalecimento

⁵ Exemplo inequívoco encontramos no decreto nº 57.275 recentemente lançado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que institui o programa Educar para Inovar, coordenado pela Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT). O objetivo do decreto é capacitar professores e estudantes no desenvolvimento de competências e habilidades que fomentem a inovação, a criatividade e o empreendedorismo. Em pronunciamento, Simone Stülp, titular da SICT, não deixa dúvidas acerca do lugar instrumental atribuído à educação, declaradamente alinhada com os princípios neoliberais e com a linguagem empresarial: “Não é possível falar de inovação sem falar de educação – e vice-versa. Os temas estão conectados, e o Educar para Inovar é importante para executarmos essa estratégia, que se alinha à do governo do Estado e, especificamente, ao Planejamento Estratégico da Sict”. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/governador-publica-decreto-que-institui-programa-educar-para-inovar>. Acesso em: 12 de nov. de 2023.

⁶ É exatamente o que vimos ocorrer com a Lei 13.415\2017 que instituiu a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular, pela criação de itinerários formativos e a possibilidade de escolha dos alunos. Proposta que se mostrou um verdadeiro embuste na medida em que, por um lado, ofereceu itinerários segundo as demandas mercadológicas regionais/contextuais e, por outro, uma formação “à lá carte” segundo os projetos privados dos alunos e suas respectivas famílias. Ambas as frentes reduzindo sobremaneira a experiência formativa e o largo leque de exigências que ela implica, deixando-se orientar pelos interesses econômicos e mercadológicos. Além disso, abreviou significativamente a carga horária de disciplinas que ainda guardavam algum lugar para o pensamento reflexivo, crítico e criativo, como Literatura, Artes, Filosofia, Sociologia, as quais foram substituídas por outras de caráter claramente instrumentais como Projeto de Vida, Mundo do Trabalho, Cultura e Tecnologias Digitais. Maiores discussões sobre esta temática podem ser encontradas no artigo “*Orfandade instituída e legalmente amparada: reflexões críticas sobre o “novo” Ensino Médio brasileiro*”. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/issue/view/767>.

egóico com foco na adaptabilidade. Conforme Dardot e Laval (2016) é o campo *psi* – psicologias do comportamento e psiquiatria – oferecendo fórmulas de adestramento com vistas ao “melhor domínio de si mesmo”, das emoções, do estresse, das relações, tudo para aumentar o grau de ajuste do sujeito à realidade e a sua eficácia contra o fracasso.

Curioso é que este estado de coisas se apresenta depois de passados mais de um século desde que Freud (1937/2008) apresentou o educar como profissão impossível, ao lado de governar e psicanalisar, simplesmente porque, apesar de todos os esforços, os resultados aos quais chegamos por meio destas atividades são sempre parciais diante dos nossos propósitos iniciais. Uma espécie de falha estrutural estaria posta em seu cerne impedindo sua completude em termos de consecução a partir de um ideal, visto sermos nós, ao educarmos, governarmos e analisarmos, igualmente seres incompletos e faltosos. Outra razão para este entrave encontra-se na nossa condição de seres linguisticamente constituídos. A linguagem, este recurso que dispomos para sermos e acessarmos a nós mesmos e o mundo, e que é fruto da nossa criação e também aquilo que nos constitui, é igualmente falha e insuficiente, especialmente quando assumida instrumentalmente e tomada como uma verdade. Então, assim como a psicanálise vai valer-se da ideia ou da admissão de que os seus efeitos terapêuticos estão destinados a permanecer insuficientes, parciais e incompletos na medida da insuficiência, parcialidade e incompletude do próprio sujeito, assim a educação está destinada ao mesmo fim, inclusive porque aquele que educa não tem acesso à subjetividade alheia, por isso, tampouco à sua aprendizagem.

Crítico contumaz do modo perverso como a lógica mercadológica tem definido as diretrizes educacionais, Biesta (2016) busca, assim, recuperar um sentido profundo de educação afirmando ser ela, além de uma atividade de risco, também lenta, difícil, frustrante e frágil. Biesta parte da premissa de que a nossa condição humana, estruturada que é simbolicamente, permite e limita nossa compreensão e ação no mundo. Uma de suas principais críticas à educação contemporânea, aliciada que tem sido pela lógica neoliberal, refere-se ao deslocamento das questões de conteúdo e propósito da educação para questões sobre processos (BIESTA, 2012). Para ele, a guinada para esta nova forma de conceber e fazer educação se deve a pelo menos quatro fatores: à crítica endereçada às formas autoritárias de educação; ao pensamento neoliberal que transferiu para os sujeitos a responsabilidade pela educação antes assumida pelo Estado; ao amplo acesso aos recursos digitais que fazem a escola parecer ultrapassada e supérflua; e às teorias de aprendizagem que retiram o foco do conteúdo e das atividades do professor e centram nas atividades do aluno (BIESTA, 2012). Uma educação nestes termos seria inapropriada porque crê poder controlar a aprendizagem do aluno a fim de melhor adaptá-lo ao que está socialmente em curso pela obtenção de resultados mensuráveis. Seria igualmente inapropriada porque favorece a ideia de fundo do neoliberalismo e a formação do empreendedor de si que ele visa, uma vez que, diante de um mundo que muda vertiginosamente, este discurso vai justamente afirmar a inutilidade do ensino de conteúdos e ressaltar a necessidade de desenvolver competências de flexibilização e de adaptação. Competências, estas, que comprometem a natureza da educação em seu cerne, pelo fato de ser ela uma experiência aberta, imprevisível e não-linear. O que não implica, de modo

algun, o abandono da causa educativa, senão que ela se daria muito mais com vistas à ampliação simbólica de experiências e oportunidades formativas que permitam aos sujeitos se sentirem *capazes de* (MASSCHELEIN; SIMONS, 2015), do que a simples aplicação de métodos eficazes para o seu controle e adestramento.

Psicanálise e educação, nestes termos, constituiriam espaços discursivos que reconhecem e acolhem a precariedade humana e sua tendência incontornável ao fracasso para, a partir delas, permitir a ampliação do simbólico e, assim, fazer jus à sua condição de sujeito ou antes mesmo à sua humanidade. A primeira, visando o preenchimento sempre parcial e provisório das lacunas discursivas – tão intoleráveis quanto angustiantes – pela palavra e pela escuta; a segunda, pelo reconhecimento e transmissão dos saberes legados pelas tradições como direito inalienável das novas gerações e condição para que possam vincular-se neste mundo que os acolhe e nele forjar seus próprios caminhos. Disso podemos inferir a existência de uma dignidade em fracassar que repousa justamente na liberdade do exercício simbólico, posto sempre à prova pela impossibilidade de fazê-lo definitiva e absolutamente, e na abertura mundana, a fim de que este sujeito possa sentir-se partícipe ativo de sua construção. O que, de modo algum, seria suficiente para deslegitimar as pretensões do sujeito de pensar, dizer e fazer a si e o mundo. Muito ao contrário: é na precariedade da consecução de seu próprio intento que estaria a possibilidade de situar-se como sujeito, inclusive como efeito de resistência, já que o sujeito e seus sintomas seriam desdobramentos daquilo que subsiste a tudo o que pretende reduzi-lo, adaptá-lo ou adestrá-lo.

4 Considerações (in)conclusivas

As refinadas formas de atualização do capitalismo neoliberal têm se apresentado como um grande desafio a todos aqueles que se veem comprometidos com a formação humana e, nesse contexto, com o lugar do sujeito. Essa problemática nos permite pôr, psicanálise e educação lado a lado – ainda que sabidamente distintas em seus métodos e finalidades – na medida em que ambas responderiam como discursos e práticas que resistem aos empreendimentos que visam dessubjetivar os sujeitos e definir os seus destinos, a exemplo do neoliberalismo. Empreendimentos que encontram muitas frentes de consecução, dentre elas a difusão da ideia nefasta de que o sujeito não pode fracassar, visto ser ele – ou dever ser – um empresário de si mesmo, com suficiente competência gestora para administrar a própria vida e ser bem-sucedido.

A perversidade e o êxito deste discurso se devem ao fato de ele operar a partir de uma determinada matriz epistêmica, de forma de pensamento, de sistema de ideias e não apenas como um sistema de trocas, de processo de produção de riquezas e valorização econômica, o que tem permitido a alguns autores falarem da instauração de um novo *ethos*. O neoliberalismo tem, assim, definindo ontologicamente o modo de funcionamento da dinâmica mundana, organizando as vidas e as experiências humanas, impactando no modo como o sujeito deseja, se relaciona com o semelhante, com o trabalho e com a educação, especialmente, como concebe a si mesmo e acredita poder ser.

Seu caráter nefasto encontra-se na sua capacidade de criar formas ardilosas para manipular o sujeito sem que ele o perceba, inclusive a ponto de convencê-lo de que é portador de uma liberdade que, em verdade, não dispõe. Em nome do usufruto desta liberdade, sente-se ele próprio a causa e o responsável pelas suas agruras, as quais seriam tão-somente efeitos de seu bom ou mau desempenho. Pensando e agindo assim, acaba caindo numa armadilha que ele mesmo armou. Lembrando que o sujeito empresarial que nos foi apresentado por Dardot e Laval não é passivo, nem inapto. É um sujeito eficiente, proativo, criativo, engenhoso, antecipado, supostamente à prova de falhas e fracassos, motivo pelo qual precisa ter alguma consciência dos processos e estar em atualização constante.

Este sistema em funcionamento tem modulado todas as dimensões da existência humana, da vida privada à pública, da vida individual à coletiva, do sistema produtivo e mercadológico ao educativo. Dentre as suas estratégias mais prementes está a destituição do valor simbólico do mundo humano, que requer a manutenção inegociável dos laços sociais, intersubjetivos, intergeracionais, interculturais, para atribuir-lhe valor de mercadoria, tornando tudo fácil e rapidamente consumido ou descartado, substituído ou negligenciado. E assim, segundo Kehl (2002), a ordem neoliberal vem reduzindo a vida à sua dimensão mais achatada, estabelecida a partir de um circuito de satisfação de necessidades programadas, sempre balizado por um – e apenas um – caminho para o bem-estar e a felicidade, a saber, o da objetificação e do consumo.

Como forma de fazer frente a esse estado de coisas, este escrito apresentou a psicanálise e a educação como campos discursivos que buscam resguardar ao sujeito o direito ao fracasso. O ponto de ancoragem para tal proposição apoia-se na ideia fundamental da precariedade da condição humana e da existência de uma cisão radical no psiquismo do sujeito a lhe impedir a visibilidade e o controle plenos de si mesmo, estando, por isso, sempre apto ao equívoco, ao lapso, ao deslize, à contradição. Nesta perspectiva, psicanálise e educação também apresentam a crítica como um de seus traços mais característicos, nomeadamente a crítica social no sentido de denúncia e desvelamento dos mecanismos de sujeição, limitadores das possibilidades de experiências dos sujeitos, de sua inserção social e constituição do laço com o semelhante e do grau de seu sofrimento daí decorrentes, sobretudo advindos da negação de sua condição de ser faltante e com incontornável tendência ao fracasso. Com isso, ambas estariam se recusando a adaptar o sujeito à realidade que lhe faz sofrer, que lhe oprime e insiste em adestrar. No lugar disso buscariam criar condições que permitam ao sujeito interrogar as causas de tudo isso que lhe acomete e configura o seu mundo; este mundo ultraliberal.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O aberto: o homem e o animal*. 2 ed. Tradução de Pedro Mendes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 7 ed. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BIESTA, Gert. Giving Teaching Back to Education: Responding to the Disappearance of the Teacher. *Phenomenology & Practice*, v. 6, n. 2, 2012, pp. 35-49.

BIESTA, Gert. *Para além da aprendizagem*: educação democrática para um futuro humano. Tradução de Rosaura Eichenberg. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BIESTA, Gert. *The beautiful risk of education*. New York: Routledge, 2016.

BIRMAN, Joel. *O sujeito na contemporaneidade*: espaço, dor e desalento na atualidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

COSSETIN, Vania; SCHÜTZ, Jenerton. Orfandade instituída e legalmente amparada: reflexões críticas sobre o “novo” Ensino Médio brasileiro. *Educação Unisinos*, v. 23, p. 209-225, 2019. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/download/edu.2019.232.01/60746954/60756200>. Acesso em: 12 de nov. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças*: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Tradução de Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2005.

DUNKER, Christian. *Paixão da ignorância*: a escuta entre psicanálise e educação. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020. (Coleção Educação e Psicanálise)

FERRY, Luc. *A revolução do amor*: por uma espiritualidade laica. Tradução de Véra Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica (1895). In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução coordenada por Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. Estudo sobre a histeria (1893-1895). In: *Obras completas*. V. 2. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu (1912-1913). In: *Obras completas*. V. 11. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREUD, Sigmund. Caminhos da terapia psicanalítica (1919). In: *Obras completas*. V. 14. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu (1921). In: *Obras completas*. V. 15. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1930). In: *Obras completas*. V. 18. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. Análise terminável e interminável (1937). In: *Obras completas*. V. 19. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- GADAMER, Hans-Georg. *O caráter oculto da saúde*. Tradução de Antônio Luz Costa. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2006.
- KEHL, Maria Rita. *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- LACAN, Jacques. *Seminário, livro 4: a relação de objeto, 1956-1957*. Tradução de Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- LACAN, Jacques. *Seminário, livro 7: a ética da psicanálise, 1959-1960*. Tradução de Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- LACAN, Jaques. *Seminário 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)*. Tradução de M.D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- LACAN, Jacques. *Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise, 1969-1970*. Tradução de Ary Roitman e Antonio Quinet. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- LACAN, Jacques. *Televisão (1974)*. Tradução de Antonio Quinet. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- MARX, Karl. *O capital*. Tradução de Rubens Enderle. 2 ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.
- MASSCHLEIN, Jan; SIMONS, Maarten. *Em defesa da escola: uma questão pública*. 2 ed. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.
- MIRANDOLA, Picco de la. *A dignidade do homem*. Tradução de Luiz Feracine. Editora Escala: São Paulo, s/d.
- NEVES, Antonio; ISMERIM, Augusto; BRITO, Bruna. A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, pp. 125-176.
- SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Como citar este documento:

COSSETIN, Vânia Lisa Fischer; GROSS, Carolina Baldissera. A dignidade do fracasso: um lugar para o sujeito na sociedade neoliberal. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 30, e15479, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v30.15479>